

# **EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL - 10 ANOS PÓS LDB: UMA ANÁLISE CRÍTICA**

HIGHER EDUCATION IN BRAZIL - 10 YEARS AFTER LDB: A CRITICAL ANALYSIS

Eilon Lopes da Silva<sup>1</sup>

## **RESUMO**

Esse texto visa demonstrar, através de dados históricos destes 10 anos passados desde o início da vigência da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que as diferenças sociais ainda persistem diante do modelo educacional ditado pela nova LDB e que sua concepção respeita o molde neoliberal e globalizante. Apesar de complementada por diferentes mecanismos legais, a LDB foi feita de forma protelada, com interveniência constante do executivo, e os rumos tomados pela educação superior demonstram uma luta desigual entre os representantes do sistema econômico neoliberal vigente e as classes envolvidas com as causas sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** POLÍTICA EDUCACIONAL; AVALIAÇÃO CRÍTICA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR; PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.

## **ABSTRACT**

This text seeks to demonstrate, through historical data these past 10 years since the enactment of the current Law of Guidelines and Bases of National Education (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), that the social differences still persist in the face of new educational model dictated by the LDB and that their design follows the neoliberal model. Although supplemented by different legal mechanisms, the LDB was made so protracted, with constant intervention of the executive, and the direction taken by higher education demonstrate an unequal struggle between the representatives of the current neoliberal economic system and the classes involved with social causes.

**KEYWORDS:** EDUCATIONAL POLICY; CRITICAL EVALUATION OF HIGHER EDUCATION; PRIVATIZATION OF HIGHER EDUCATION.

---

<sup>1</sup> Especialista em Gestão de Projetos, com MBA em Administração de Marketing e Bacharel em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Professor da Faculdade de Inhumas (FacMais).

## **Introdução**

Após 10 anos de LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), observa-se que ainda existem grandes diferenças sociais no Brasil e que a sociedade não foi favorecida com as mudanças, diante das expectativas criadas. Desde sua promulgação, em 1996, até o ano de 2004, ocorreram profundas mudanças no sistema de educação superior, impactando drasticamente no modo de funcionamento das instituições, no sistema de avaliação, com incentivos a privatização e desestímulo do setor de ensino superior público, numa promessa de que o próprio sistema capitalista privado seria capaz de oferecer um sistema de ensino muito superior ao público, em termo de conhecimento, qualidade, com otimização de recursos, sendo que a livre iniciativa e concorrência tornariam o ensino superior acessível a todas as camadas da população. Esse é o discurso neoliberal endossado pela corrente onda de globalização das economias, supressão de culturas do terceiro mundo e mudanças de valores de acordo com a lógica mercantilista.

## **Os Primeiros 10 Anos Pós LDB Sob Avaliação**

A sociedade como um todo é a principal afetada pelas mudanças de um sistema de ensino. Num país capitalista o saldo das mudanças na educação traz consequências antagônicas para a classe do poder e para as classes menos favorecidas. Nesses países a classe no poder possui privilégios que podem ser ameaçados diante de uma sociedade beneficiada por uma educação libertadora. Um povo com senso crítico e conhecedor dos seus direitos não aceita a relação de dominação e pode exigir a minimização das diferenças sociais. A classe no poder trabalha constantemente para evitar esse ponto de conflito. Assim sempre utiliza o Poder Executivo e Legislativo e até o Judiciário em manobras e articulações para não perder a sua posição de favorecimento. Mudanças na educação são sempre motivos de embate de classes. Manter o controle dessa área estratégica prolonga a manutenção da elite. A nova LDB foi marcada por mudanças na sua concepção inicial, protelação da sua promulgação e os seus pontos mais polêmicos foram regulamentados de forma paulatina e à medida que surgia momentos oportunos para a votação com menos pressão das classes envolvidas com as

causas sociais. Assim nasce a nova LDB, através de uma luta de interesses divergentes.

O presente trabalho visa demonstrar através de dados estatísticos os verdadeiros rumos da educação superior no Brasil nessa década pós LDB e colaborar para um despertar do pensamento crítico sobre essa realidade e o que pode ser feito para mudar esse rumo.

Para facilitar o entendimento sobre os rumos tomados pela educação superior, utilizaram-se os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, referentes aos 10 anos pós LDB. O INEP é o órgão responsável pela tabulação dos dados educacionais do Brasil com suporte do IBGE para formação das bases estatísticas. Os dados educacionais serão utilizados, tomando por base o estudo desenvolvido pelo professor Dilvo Ristoff, onde o mesmo identificou 10 aspectos básicos da educação brasileira que merecem ser analisados e avaliados. Segundo Ristoff (2008),

Para analisar o período pós-LDB (1996-2004), faz-se necessário identificar as características básicas da educação sintetizadas em dez itens:

- a) Expansão;
- b) Privatização;
- c) Diversificação;
- d) Centralização;
- e) Desequilíbrio regional;
- f) Ampliação do acesso;
- g) Desequilíbrio de oferta;
- h) Ociosidade de vagas;
- i) Corrida por titulação;
- j) Lento incremento na taxa de escolarização superior.

Para favorecer esse entendimento será feito uso de gráficos e tabelas, objetivando demonstrar tendências e os impactos da LDB no sistema de ensino superior e na sociedade ao longo dos anos, após sua promulgação. Para possibilitar essa análise crítica serão tabuladas informações do INEP de forma cronológica, considerando o foco nos dez aspectos abordados por Ristoff.

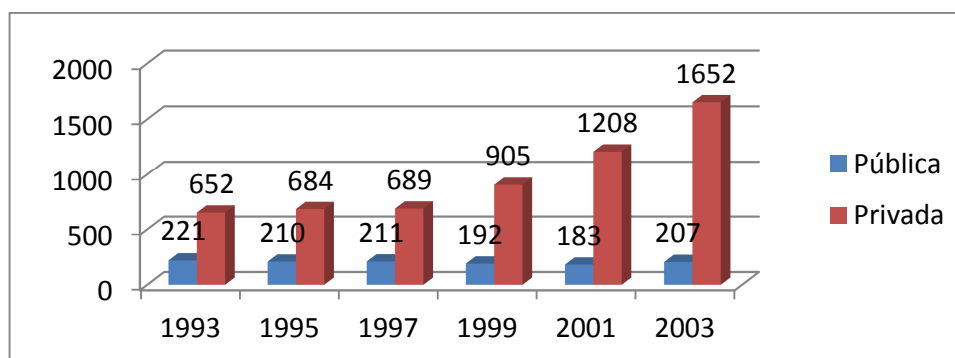
### **Quanto à Expansão do Sistema de Ensino Superior**

Dados do INEP:

Distribuição Percentual do <b>Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa</b> - Brasil 1993-2003					
			Pública		Privada
Ano	Total	Pública	%	Privada	%
1993	873	<b>221</b>	25,3	<b>652</b>	74,7
1994	851	218	25,6	633	74,4
1995	894	210	23,5	684	76,5
1996	922	211	22,9	711	77,1
1997	900	211	23,4	689	76,6
1998	973	209	21,5	764	78,5
1999	1.097	192	17,5	905	82,5
2000	1.180	176	14,9	1.004	85,1
2001	1.391	183	13,2	1.208	86,8
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1
2003	1.859	<b>207</b>	11,1	<b>1.652</b>	88,9
Fonte: MEC/INEP/DAES					

Houve um salto quantitativo de 873 unidades de IES em 1993 para 1859 unidades em 2003 com acréscimo de 113%. Quando analisado de forma isolada, esse número demonstra um considerável crescimento das instituições de ensino superior, mas para que se possam tirar mais conclusões sobre as peculiaridades deste crescimento há de se analisar os outros aspectos seguintes.

### Quanto à Privatização – Crescimento das IES



Fonte: INEP

Observa-se que quando se analisa a evolução das Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa, houve um contraste entre pública e privada: As IES públicas representavam 221 unidades do total de 873, ou seja, 25,3% em 1993, sendo que em 2003 esse número reduziu para 207 unidades do total de 1652, ou seja, o percentual reduziu para 11,1%. Já as IES privadas representavam 74,7% e aumentaram sua participação para 88,9%. Podemos observar que houve um claro favorecimento do setor privado no ensino superior através das políticas públicas.

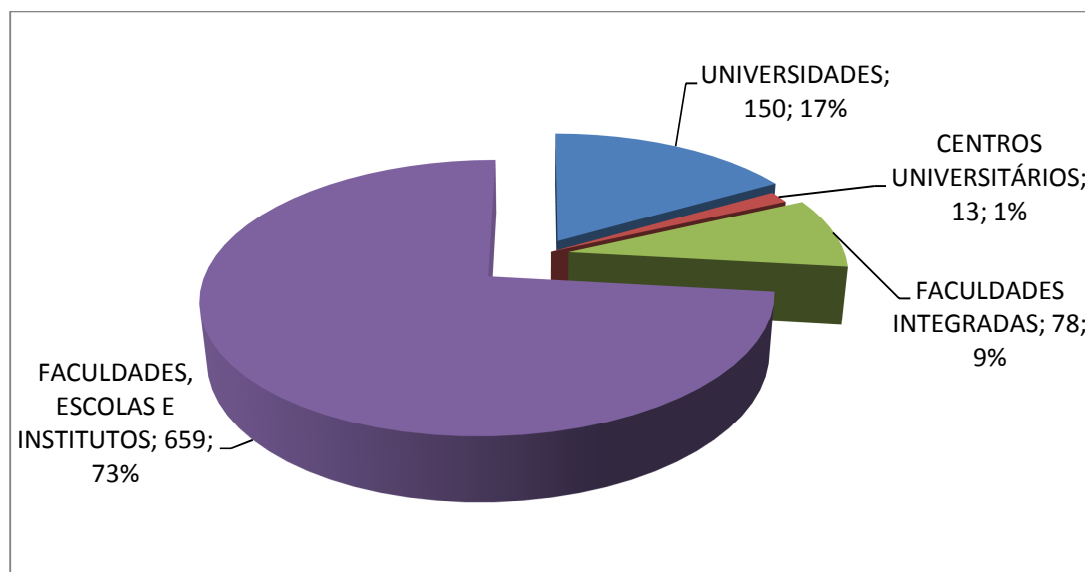
### Quanto à Diversificação das Instituições de Ensino Superior

Tabela – Quantidade de IES por organização acadêmica período 1997 a 2003 Fonte (INEP):

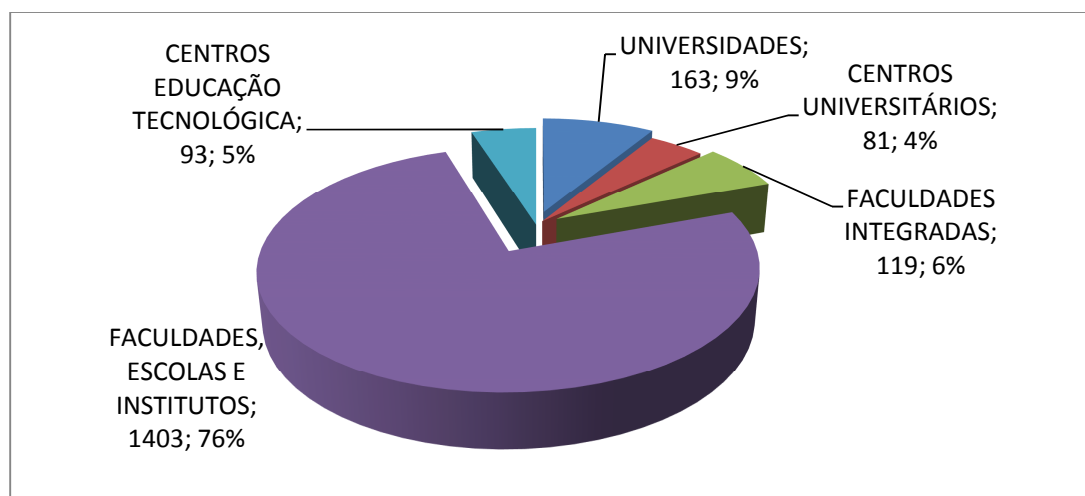
Ano	Total Geral	Universidades	%	Centros Universitários	%	Faculdades Integradas	%	Faculdades, Escolas e Institutos	%	Centros de Educação Tecnológica	%
1997	900	150	16,7	13	1,4	78	8,7	659	73,2	-	0,0
1998	973	153	15,7	18	1,8	75	7,7	727	74,7	-	0,0
1999	1.097	155	14,1	39	3,6	74	6,7	813	74,1	16	1,5
2000	1.180	156	13,2	50	4,2	90	7,6	865	73,3	19	1,6
2001	1.391	156	11,2	66	4,7	99	7,1	1.036	74,5	34	2,4
2002	1.637	162	9,9	77	4,7	105	6,4	1.240	75,7	53	3,2
2003	1.859	163	8,8	81	4,4	119	6,4	1.403	75,5	93	5,0

Para facilitar o entendimento, foram selecionados os dados da tabela acima de 1997 e de 2003 visando demonstrar a evolução da diversificação das Instituições. Foi feita a representação numérica e de percentual destes dados através dos gráficos de *pizza* a seguir (INEP):

**Ano: 1997**



**Ano: 2003**



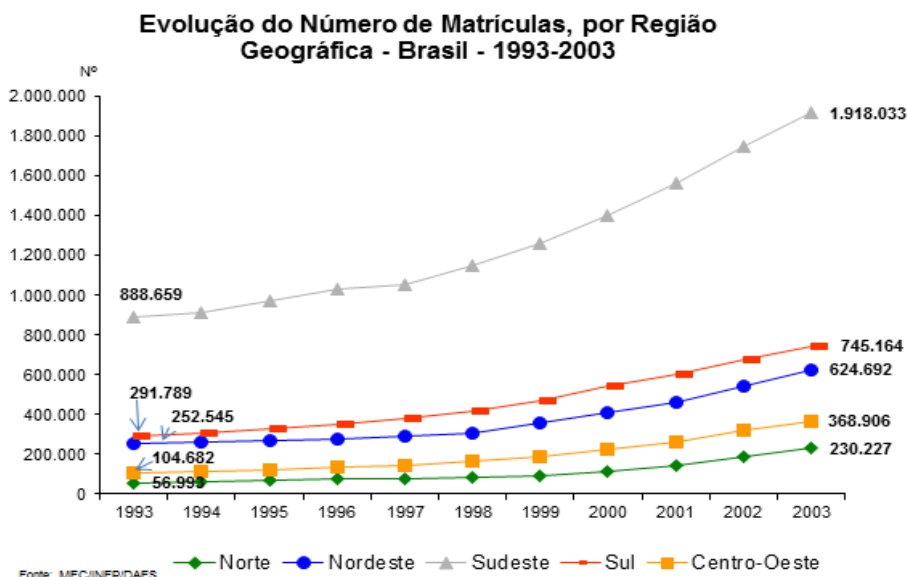
No período entre 1993 e 2003 as universidades sofrem uma queda na sua participação de 17% para 9%, o que também ocorreu nas Faculdades Integradas com uma diminuição de representatividade de 9% para 6%. Nas

instituições de maior interesse privado há um considerável aumento de participação. Assim, os Centros Universitários passam de 1% para 4% e as Faculdades, Escolas e Institutos passam de 73% para 76%. Observa-se que houve o aparecimento de uma nova modalidade de IES do ano de 1997 para 2003: Os Centros de Educação Tecnológica com um número de 93 unidades representando 5% do total, o que demonstra claramente o foco de interesse na formação tecnológica.

### Centralização do Poder Sobre as Instituições de Ensino Superior

Segundo Ristoff (2008), "(...) a educação superior brasileira experimentou uma centralização progressiva no sistema federal, que hoje [2008] representa 93% das instituições da educação superior." Quanto à centralização do poder político sobre as IES, não há independência ideológica das IES se estas dependerem da União para o seu sistema regulatório, reconhecimento, renovação de reconhecimento, credenciamento e reconhecimento e, igualmente, sobre os processos avaliativos.

### Desequilíbrio Regional

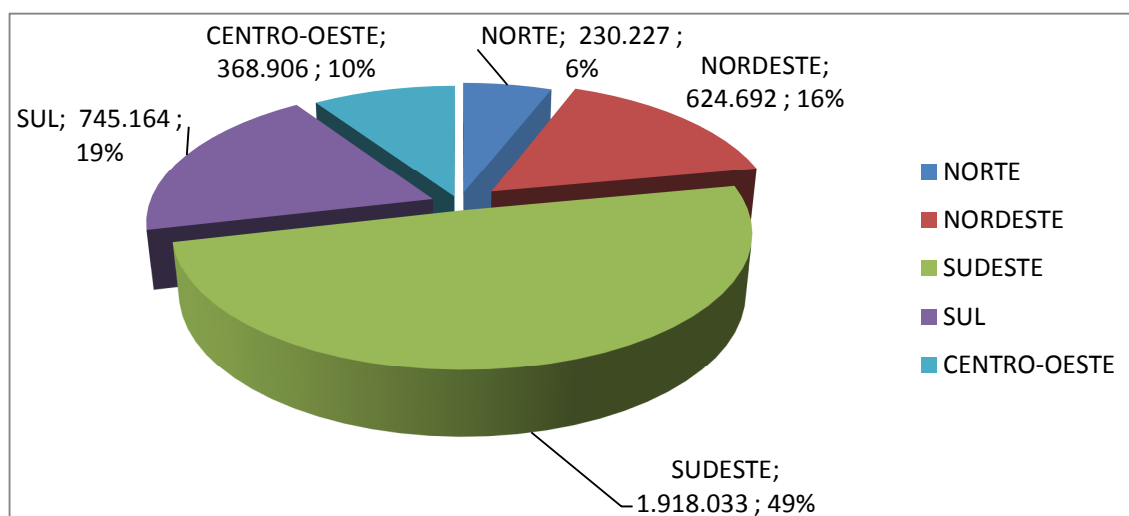


Através dos dados do INEP, representados no gráfico acima, é visível a tendência de sudestificação da educação superior. Os Estados de São Paulo,

Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo tem a grande maioria das Instituições de Ensino Superior do Brasil. Estão associados a esse fato a grande industrialização da região e a necessidade de mão de obra qualificada para o setor privado, atendendo assim os interesses corporativos do mercado. Os quatro Estados dessa região representam praticamente 50% de todas as IES, conforme gráfico abaixo:

Número de matrículas por região em 2003:

Fonte: INEP



### Ampliação de Acesso as Classes Menos Favorecidas

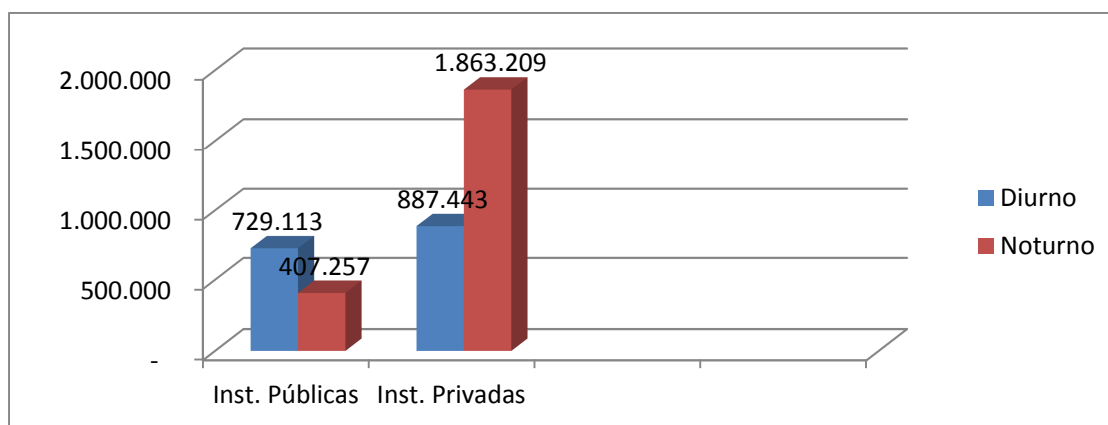
A ampliação do acesso da classe média/baixa ao ensino superior se deu através do aumento quantitativo de oportunidades de ingresso. Essa “facilidade” de ingresso nas IES se deu especificamente nas instituições do setor privado as quais oferecem cursos de baixo custo, aligeirados, menor exigência na dedicação aos estudos com cursos fragmentados, focados em especialidades e direcionados para atender o mercado de trabalho. Dessa forma o estudante que depende do trabalho para seu sustento não dispõe de tempo para dedicação integral aos estudos não vê outra forma de ingresso senão via IES privadas de ensino noturno de dedicação não exclusiva. O



governo também tem papel importante nesse direcionamento à medida que cria o PROUNI, para atender o déficit de alunos dessas instituições.

A grande demanda por cursos noturnos e aligeirados e sem dedicação exclusiva pode ser observado através do gráfico abaixo, gerado a partir dos dados do INEP:

Número de matrícula por turno e por categoria administrativa – ano 2003(fonte: INEP):



### Desequilíbrio da Oferta

Os dados apontam para outra consequência da privatização e mercantilização do ensino superior: A grande oferta de alguns poucos cursos que atendem o mercado de trabalho, os quais proporcionam baixo custo de manutenção às Instituições de Educação Privadas e oferecem a atratividade para os alunos que trabalham e tem pouco tempo disponível aos estudos (cursos noturnos e não dedicação exclusiva, entre outros). Cursos como Administração, Pedagogia e Direito dominam o ranking de ingressos nas IES privadas, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela – Os 15 Cursos de Graduação Presenciais mais procurados por ordem decrescente do número de matrícula e concluintes - Brasil – 2003 – FONTE: INEP

Cursos	Matrícula			Concluinte		
	Número	Percentual	Percentual acumulado	Número	Percentual	Percentual acumulado
1 Administração	564.681	14,5	14,5	63.688	12,1	12,1
2 Direito	508.424	13,1	27,6	64.413	12,2	24,3

3	Pedagogia	<b>373.878</b>	9,6	37,2	65.475	12,4	36,6
4	Engenharia	<b>234.680</b>	6,0	43,3	<b>21.863</b>	4,1	40,8
5	Letras	189.187	4,9	48,1	33.213	6,3	47,1
6	Comunicação Social	174.856	4,5	52,6	21.491	4,1	51,1
7	Ciências Contábeis	157.991	4,1	56,7	21.800	4,1	55,3
8	Educação Física	116.621	3,0	59,7	14.560	2,8	58,0
9	Ciência da Computação	93.167	2,4	62,1	10.435	2,0	60,0
10	Enfermagem	92.134	2,4	64,5	11.252	2,1	62,1
11	Psicologia	90.332	2,3	66,8	14.581	2,8	64,9
12	Ciências Biológicas	89.144	2,3	69,1	13.045	2,5	67,4
13	Fisioterapia	88.508	2,3	71,4	12.615	2,4	69,7
14	Turismo	76.635	2,0	73,3	10.232	1,9	71,7
15	História	70.336	1,8	75,1	11.708	2,2	73,9

### Ociosidade de Vagas

A ociosidade de vagas é considerada por Ristoff (2008), “... uma das mais chocantes realidades de 2003, pois ocorre ao mesmo tempo em que milhares de jovens buscam a educação pós-média.”. Em 2003, sobram vagas nas IES ao mesmo tempo em que ocorre uma imensa busca por educação universitária. Acontece que, pela primeira vez, o número de vagas na educação superior superou o número de concluintes do ensino médio. Em 2004, “coincidentemente”, o governo federal cria através da MP nº 213/2004 o PROUNI – Programa Universidade para Todos, institucionalizada pela lei 11.096/2005, a qual tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em instituições privadas de educação superior. Assim essa lei vem de encontro com as necessidades das IES privadas de preenchimento das vagas ociosas, mesmo porque são estas instituições que delimitam quais os cursos e a quantidade de vagas disponibilizadas para o referido programa. Veja abaixo o número de vagas ociosas em 2003:

Tabela de vagas ociosas no ano de 2003:

<b>TOTAL DE VAGAS</b>	<b>2.002.733</b>
<b>TOTAL DE INSCRITOS</b>	<b>4.900.023</b>

INGRESSOS	1.262.954
TOTAL DE VAGAS OCIOSAS	739.779

Fonte: INEP

## Corrida por Titulação

Houve uma corrida por titulação por imposição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no caso dos Centros Universitários, pelo o Decreto 5.786/2006:

### Exigências Legais:

Universidades:

1/3 do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

1/3 do corpo docente em regime de tempo integral.

Centros Universitários:

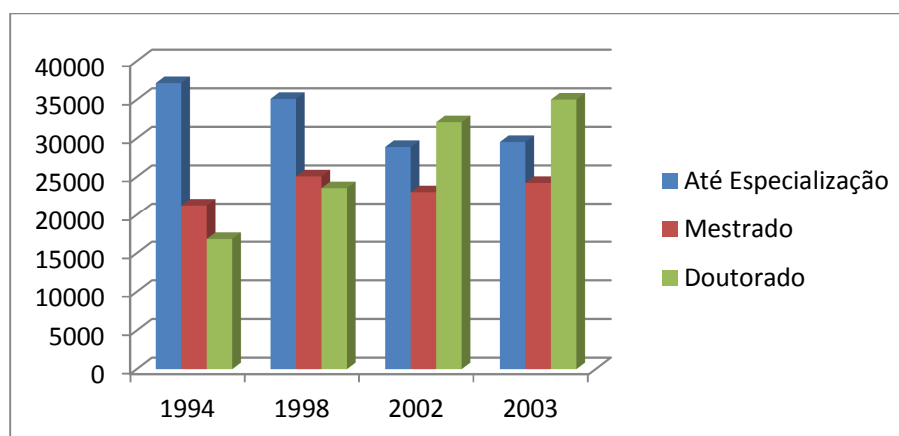
1/3 do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

1/5 do corpo docente em regime de tempo integral.

Faculdades:

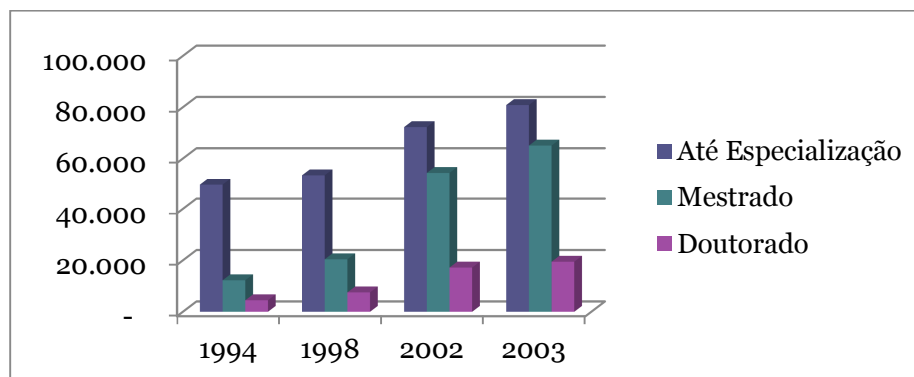
Em relação às faculdades, não existe uma norma que trata do assunto. O INEP, em seus instrumentos de avaliação, estabelece conceitos ao corpo docente de acordo com seu perfil.

Gráfico: Evolução do Grau de Formação dos Docentes nas IES públicas (INEP)



### Gráfico: Evolução do Grau de Formação dos Docentes nas IES

#### Privadas:



Fonte: INEP

Alguns fatores determinaram a formação do corpo docente das IES públicas e privadas. Com a exigência de titulação específica para Universidades e Centros universitários, o crescimento da corrida por titulação de mestrados e doutorados ocorreu nas IES públicas. Já as instituições privadas atuando principalmente nas Faculdades, Escolas e Institutos, seguem o rumo inverso e prioriza professores com titulação até especialização, demonstrando clara intenção pela minimização de custos e maximização de lucros nas suas organizações. Não há, portanto, na maioria das IES privadas interesses na pesquisa e extensão, pois isso significa custos e não condiz com a missão e valores dessas empresas privadas. Na minoria das IES em que há iniciativa pela pesquisa e extensão, estas não são pautadas em uma neutralidade científica e também não têm foco ao puro desenvolvimento social da comunidade em que está inserida. Nestas IES, o que ocorre é a concentração de esforços e investimentos naqueles estudos que tragam retornos financeiros e destaque mercadológico.

### Lento Incremento na Taxa de Escolarização Superior

A Política de abertura do sistema de ensino superior às Instituições Privadas e o PROUNI, promoveram um aumento significativo da quantidade de jovens acima de 24 anos, antes excluídos da educação de nível superior. Isso demonstra a situação de exclusão educacional existente no Brasil, resultado de

políticas excludentes e de interesses de grupos políticos/econômicos anterior a globalização. Com o advento da abertura econômica dos países e a revolução tecnológica, as necessidades capitalistas mudaram e passaram a ter carência de mão de obra com qualificações específicas. As IES passam a atender esses interesses mercadológicos e há a abertura das IES privadas para essa nova camada da população antes marginalizada a nível educacional. Infelizmente os propósitos não foram exclusivos de levar uma educação digna a sociedade, mas prioritariamente atender aos propósitos da máquina capitalista, mesmo porque uma instituição de ensino superior privada não sobrevive sem resultados financeiros positivos. Portanto, o alcance dessa abertura é limitado às necessidades de mercado e de acordo com a conveniência das corporações. Os cursos acessíveis à população desfavorecida economicamente são os cursos massificados, que formam mais volume do que qualidade. Mesmo assim uma parcela gigantesca da população ainda não tem condição de ter acesso as IES nos moldes em que foram reconstruídas pós - globalização.

**Distribuição Percentual do Número de Ingressos através de Processo Seletivo e de Outras Formas, por Faixa Etária segundo a Categoria Administrativa - Brasil - 2000 e 2003<sup>2</sup>**

Ano	Faixa Etária (em anos)	Ingressos por Categoria Administrativa					
		Total	%	Pública	%	Privada	%
2000	Brasil	1.035.750	100,0	261.114	43,3	774.636	100,0
	Até 18	137.860	13,3	30.165	11,6	107.683	13,9
	de 19 a 24	524.377	50,6	148.107		376.270	48,6
	de 25 a 29	164.554	15,9	36.227	13,9	128.313	16,6
	de 30 a 34	93.673	9,0	21.248	8,1	72.417	9,3
	de 35 a 39	60.028	5,8	13.550	5,2	46.473	6,0
	de 40 ou mais	55.297	5,3	11.817	4,5	43.480	5,6
	2003	Brasil	1.540.431	100,0	321.689	100,2	1.218.742
2003	Até 18	201.893	13,1	54.274	16,9	147.619	13,5
	de 19 a 24	732.395	47,6	162.979	50,9	569.416	52,2
	de 25 a 29	273.454	17,7	54.686	17,0	218.768	20,1
	de 30 a 34	145.358	9,4	22.283	6,9	123.075	11,3
	de 35 a 39	91.212	5,9	13.460	4,2	77.752	7,1
	de 40 ou mais	96.119	6,2	14.007	4,4	82.112	7,5

Fonte: MEC/INEP/DAES

<sup>2</sup> Outras Formas de Ingresso: mudança de curso dentro da IES, transferência (vindo de outras IES, excluído *ex-offício*), transferência *ex-offício*, acordos internacionais, admissão de diplomados em curso superior, reabertura de matrícula e outros tipos de ingresso.

## Considerações Finais

Conforme Ristoff (2008), a palavra de ordem na década passada foi “expandir”, sendo que a desta década precisa ser “democratizar”. Através da análise dos números informados nesse trabalho e as respostas que eles nos proporcionam, percebe-se que em todo o projeto de elaboração da LDB há a interferência pesada da elite econômica capitalista do país, influenciada pela globalização dos mercados. O discurso quanto aos propósitos do projeto da LDB são diferentes dos resultados que o mesmo foi capaz de proporcionar na primeira década posterior ao seu nascimento, se é que se pode chamar isso de nascimento.

O que se observa através dos dados levantados nesse trabalho é que a educação superior foi apresentada ao setor privado como um novo nicho de mercado a ser explorado nos moldes da competição, da produção rápida, padronizada e de grandes volumes, da minimização de custos e maximização de lucros. Assim, a educação superior é considerada como um produto à venda de alcance nacional, isso cria outro grave problema: os cursos ofertados nesses moldes não visam diminuir as diferenças sociais e melhoria das condições dos menos favorecidos através de uma melhor distribuição de renda. Estes não são pensados dentro plano nacional de desenvolvimento educacional, “...revelando uma despreocupação nacional crônica com um projeto de educação nacional de desenvolvimento e com uma imagem de futuro para o país.” (Ristoff, 2008).

Os cursos das instituições de ensino públicas, considerados mais nobres, continuam sendo preenchidos pela classe da minoria, pela classe alta, que possui tradição familiar na formação de suas gerações e que procuram meios de garantir a vaga de seus filhos em instituições públicas renomadas, nos cursos de maior *status quo*, valorizados pelo mercado de trabalho. Essa garantia de acesso ao ensino superior de “qualidade” só acontece para as famílias de maior poder aquisitivo que investem pesado em mensalidades e reforços escolares nas escolas privadas de ensino fundamental e médio. O destaque dessa preparação está nos últimos anos do ensino médio e nos cursinhos preparatórios que se especializaram em treinar os alunos a

responder corretamente as questões dos vestibulares. Dessa forma, há um desprezo pelo ensino-aprendizagem, uma desvalorização na formação do conhecimento, ignorando a preparação do indivíduo para a sociedade. O que temos são vestibulandos programados para passar em vestibular e não cidadãos possuidores de conhecimento e senso crítico/reflexivo. O modelo de ensino superior de qualidade ainda é escasso e está baseado na “universidade para poucos” e sujeito a lógica do mercado onde ocorre uma grande procura e pouca oferta e por isso força a manutenção do sistema já ultrapassado de seleção de alunos, o que intensifica drasticamente a competição e individualismo e uma exclusão da maioria. O relacionamento humano durante a educação já dissemina desde a infância essa semente da concorrência entre as pessoas e contribui para os conflitos sociais e aumento das diferenças na sociedade.

As tentativas pontuais do governo de diminuir as desigualdades socioeconômicas, como por exemplo, o sistema de cotas raciais não atenua a falta de investimentos do estado no sistema educacional, sistema este que deveria considerar todas as classes desfavorecidas para efeito de privilégios na acessibilidade a formação escolar. Essa tentativa de diminuir as diferenças sociais, apesar de plausível, é específica de um extrato da sociedade e limita-se ao ingresso no ensino superior, colocando o estudante cotista numa posição desfavorável em relação àqueles que sempre se beneficiaram com o acesso a boas escolas particulares. Acrescenta-se a isso o fato destes universitários agraciados pelo sistema de cotas não ter amparo do governo para sua subsistência, o que demonstra ser uma das principais causas da evasão escolar universitária.

Falar em educação para todos pressupõem a existência de um projeto de educação nacional público e voltado para toda a sociedade. Esse projeto só existe se respeitados os interesses da grande maioria da população através de seus representantes verdadeiros, o que não ocorreu com a aprovação da LDB de 1996. Além disso, não há como pensar em projeto de educação nacional sem considerar sua totalidade, vista de forma interligada e integrada, desde suas bases e considerando a totalidade de vagas necessárias para suprir a demanda nacional. Na contramão dessa direção o governo transferiu as responsabilidades da educação para o setor privado que continua a ser

conduzido pela lógica de mercado o que demonstra ser claramente uma política neoliberal que segue uma tendência globalizante do capitalismo e está em conformidade com os interesses dos países que representam as grandes potências econômicas mundiais.

Os valores construídos são da manutenção das relações de poder e do atual sistema de desigualdade. As crenças dessa classe mais favorecida baseiam-se na ideia de que os recursos são escassos e limitados e que não há disponibilidade para todos, portanto ou são coniventes e omissos ou lutam para manter a situação vigente privilegiada e de desigualdade.

A democratização tanto do acesso como da permanência dos estudantes de baixa renda a um ensino de qualidade é um dos principais desafios deste século e possui papel decisivo na formação de uma sociedade libertadora e verdadeiramente democrática. O ensino público deve ser retomado como prioridade e como fator estratégico para a formação de uma sociedade defensora de uma cultura própria, que tenha nos seus valores o desejo de diminuição das desigualdades sociais, com pensamento crítico e não alienado. Para isso, a participação de todos os sujeitos envolvidos na causa é fundamental.

A luta entre o poder político dominante brasileiro e os defensores de uma educação includente sempre foi desigual desde a primeira LDB, mas à medida que o povo passa a ter mais acesso às informações, também ocorre formação de uma consciência crítica e libertadora e os conflitos sociais e as contradições se intensificam. Essa situação de desajuste e de conflito de interesses num momento mais crítico tende a intensificar a pressão sobre o poder político a forçar ao reajuste da sociedade. A esperança de uma mudança é depositada na conscientização coletiva através da democratização do acesso a informação de qualidade. Essa conscientização coletiva é capaz, no futuro, de provocar uma ruptura dessa relação de dominação e trazer benefícios sociais significativos ao nosso país, nesse aspecto os educadores, nas suas mais diversas formas, tem papel decisivo no desencadeamento do reajuste social.



## Referencias Bibliográficas

Brasil. **Lei nº 11096/2005**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Educação Superior. Tabelas Resumos Técnicos 2003**. Anexo 050105. Disponível em: <http://censosuperior.inep.gov.br/resumos-tecnicos>. Acesso em 30/11/2011.

RISTOFF, Dilvo. Educação Superior no Brasil - 10 anos pós LDB: da expansão à democratização. In **Educação Superior no Brasil - 10 anos pós LDB**. Mariluce Bittar, João Ferreira de Oliveira, Marília Morosini (orgs). - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.